



**REVISÃO**  
**PDM**  
PLANO DIRETOR MUNICIPAL **TAVIRA**

**RELATÓRIO  
METODOLÓGICO  
DE ORDENAMENTO**







PLANO DIRETOR MUNICIPAL TAVIRA

---

**RELATÓRIO  
METODOLÓGICO  
DE ORDENAMENTO**

---

## FICHA TÉCNICA

<b>TÍTULO:</b>	Relatório Metodológico de Ordenamento da Revisão do PDM de Tavira
<b>DESCRIÇÃO:</b>	Relatório que pretende apresentar a metodologia e o programa de trabalhos, incluindo o respetivo cronograma e bases cartográficas a utilizar.
<b>PRODUÇÃO:</b>	Município de Tavira e Terraforma, Sociedade de Estudos e Projetos, Lda.
<b>DATA DE PRODUÇÃO:</b>	2016
<b>DATA DE REVISÃO:</b>	2017
<b>ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:</b>	Agosto
<b>COORDENAÇÃO GERAL:</b>	Ana Massena Gago   Arquitetura
<b>COORDENAÇÃO TÉCNICA:</b>	Isabel Domingos Pereira   Geografia Nuno Ferreira   Geografia
<b>EQUIPA TÉCNICA:</b>	
<b>MUNICÍPIO DE TAVIRA</b>	Isabel Domingos Pereira   Geografia Nuno Ferreira   Geografia Sílvia Bento   Engenharia Civil Teresa Barros   Design Gráfico
<b>TERRAFORMA</b>	João Belard Correia   Engenharia do Território Hugo Serra   Engenharia do Território Isabel Matos   Direito
<b>CONSULTORES:</b>	Terraforma, Sociedade de Estudos e Projetos, Lda.
<b>VERSÃO:</b>	v.03
<b>FICHEIRO DIGITAL:</b>	rmo_rpt03.pdf

# ÍNDICE GERAL

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>7</b>
<b>ENQUADRAMENTO</b> .....	<b>9</b>
LEGAL .....	9
PROGRAMÁTICO .....	10
COMISSÃO CONSULTIVA .....	11
<b>CONTEÚDO DOCUMENTAL E MATERIAL</b> .....	<b>13</b>
<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>15</b>
<b>PROGRAMA DE TRABALHOS</b> .....	<b>16</b>
<b>CRONOGRAMA GERAL</b> .....	<b>17</b>
<b>COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO</b> .....	<b>18</b>
<b>CARTOGRAFIA</b> .....	<b>19</b>
CARTOGRAFIA DE BASE .....	19
CARTOGRAFIA TEMÁTICA .....	20
<b>SERVIDÕES E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE</b> .....	<b>24</b>
IDENTIFICAÇÃO .....	24

---

## ÍNDICE QUADROS

<b>QUADRO 1</b>   Metadados da cartografia de base à escala 1/10 000 .....	19
<b>QUADRO 2</b>   Metadados da CAOP.....	19
<b>QUADRO 3</b>   Metadados da Ortofotografia. ....	20
<b>QUADRO 4</b>   Metadados da Ortofotografia. ....	20
<b>QUADRO 5</b>   Informação cartográfica do Município de Tavira e fornecida por outras entidades. ....	20
<b>QUADRO 6</b>   Informação documental do Município de Tavira e fornecida por outras entidades. ....	22
<b>QUADRO 7</b>   Listagem das Servidões e Restrições de Utilidade Pública presentes no concelho de Tavira.....	24

## ÍNDICE DE ACRÓNIMOS/SIGLAS

<b>AAE</b>	Avaliação Ambiental Estratégica
<b>AdA</b>	Águas do Algarve, S.A.
<b>ALGAR</b>	Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.
<b>ANACOM</b>	Autoridade Nacional de Comunicações
<b>APA</b>	Agência Portuguesa do Ambiente
<b>AT</b>	Alta Tensão
<b>CC</b>	Comissão Consultiva
<b>CAOP</b>	Carta Administrativa Oficial de Portugal
<b>CCDR-Algarve</b>	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve
<b>CMT</b>	Câmara Municipal de Tavira
<b>DGADR</b>	Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
<b>DGEG</b>	Direção Geral de Energia e Geologia
<b>DGOTDU</b>	Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
<b>DGPC</b>	Direção-Geral do Património Cultural
<b>EDP</b>	Energias de Portugal
<b>EMPET</b>	Parques Empresariais de Tavira, E.M.
<b>ENEOP2</b>	Eólicas de Portugal, S.A.
<b>EP</b>	Estradas de Portugal, S.A.
<b>IAPMEI</b>	IAPMEI, I.P. - Agência para a Competitividade e Inovação
<b>ICNF</b>	Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas
<b>IGT</b>	Instrumentos de Gestão Territorial
<b>IP</b>	Infraestruturas de Portugal, S.A.
<b>IPQ</b>	Instituto Português da Qualidade
<b>LNEG</b>	Laboratório Nacional de Energia e Geologia
<b>MDN</b>	Ministério da Defesa Nacional
<b>PDM</b>	Plano Diretor Municipal
<b>PMDFCI</b>	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
<b>PMEPC</b>	Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil
<b>PMOT</b>	Plano Municipal de Ordenamento do Território
<b>PNPOT</b>	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
<b>PROT</b>	Programa Regional de Ordenamento do Território
<b>RJGT</b>	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
<b>RPDM</b>	Regulamento do Plano Diretor Municipal
<b>SHP</b>	Shapefile
<b>SIG</b>	Sistemas de Informação Geográfica
<b>UALG</b>	Universidade do Algarve
<b>ZEC</b>	Zona de Especial Conservação
<b>ZPE</b>	Zona de Proteção Especial

---

# INTRODUÇÃO

O presente documento consubstancia o relatório metodológico de ordenamento da revisão do Plano Diretor Municipal de Tavira (PDM de Tavira), dando cumprimento ao disposto na subalínea ii) da alínea a) do n.º 1 do artigo 12.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro. Este documento enquadra o processo em termos jurídico-administrativos, com identificação dos preceitos inerentes, com definição da estrutura, faseamento dos diversos procedimentos, assim como as bases cartográficas a utilizar.

O PDM de Tavira foi ratificado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 97/97, de 15 de maio, publicada em Diário da República em 19 de junho, na 1.ª série B, e sujeito a uma alteração pontual, conforme Aviso n.º 24377 -B/2007 publicado em Diário da República de 11 de dezembro, 2.ª série, n.º 238 e objeto duma alteração decorrente da necessidade de adaptação ao Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROT Algarve), conforme Aviso n.º 25861/2007 publicado no Diário da República de 26 de dezembro, 2.ª série, n.º 248, com o objetivo de alterar as disposições do Plano Diretor Municipal nas matérias que a Resolução de Conselho de Ministros que aprovou o PROT Algarve declarou incompatíveis com o regime fixado por este Plano Regional, designadamente em matéria de edificabilidade no solo rural. Em 2011 foi efetuada uma correção material ao Regulamento do PDM de Tavira, conforme Declaração de Retificação n.º 1581/2011 publicitada em Diário da República de 20 de outubro, 2.ª série, n.º 202.

A revisão do PDM de Tavira foi deliberada pela Câmara Municipal de Tavira (CMT) em reunião de Câmara a 8 de abril de 2008, decisão publicitada através do Aviso n.º 13383/2008, de 29 de abril, existindo alguns estudos setoriais de caracterização e pré-diagnóstico do território (fevereiro e julho de 2009), que serão tidos em conta ponderando o hiato temporal ocorrido e a dinâmica socioeconómica e urbanística. Em linha com a deliberação, o processo de revisão assenta na avaliação do plano em vigor, com uma análise do presente e do que se perspetiva no futuro, tendo em consideração os seguintes aspetos:

- “A necessidade de adequação à evolução, a médio e longo prazo, das condições sociais, económicas, culturais e ambientais que determinaram a elaboração do PDM em vigor”;
- “As expectativas dos agentes sociais e económicos e da população em geral no sentido da revisão do PDM visto que, a alteração pontual tratou apenas de resolver algumas incongruências, contradições e omissões e, por outro lado, dar resposta eficaz às solicitações reclamadas pelo forte desenvolvimento ocorrido no concelho desde a entrada em vigor deste instrumento, deixando para a revisão a resolução das grandes questões”;
- “A entrada em vigor de legislação que em muitos casos afeta os normativos e as opções constantes do PDM em vigor”;
- “A desatualização e falta de pormenor da cartografia sobre a qual foi elaborado o PDM”.

Em virtude de o prazo inicialmente deliberado já ter terminado revelou-se necessário proceder à definição de um novo prazo, neste sentido, a Câmara Municipal de Tavira, por deliberação tomada em reunião pública realizada no dia 26 de janeiro de 2016 definiu o prazo de 3 anos para a elaboração da revisão do PDM de Tavira, conforme Aviso nº 2629/2016, publicado no Diário da República, 2.ª série, N.º 41, de 29 de fevereiro de 2016.

A fase de caracterização e diagnóstico será o alicerce do modelo de desenvolvimento e inerentes estratégias e orientações, enquadrados em cenários prospetivos, a concretizar numa proposta de ordenamento capaz de se adaptar às mudanças que sempre se verificam ao longo do período de vigência. Tal flexibilidade será espelhada num processo iterativo entre os vários agentes – Comissão Consultiva (CC), outras entidades representativas dos interesses públicos a prosseguir, o Município e os cidadãos (participação pública e eventuais reuniões de trabalho/apresentação), especialmente nas fases de elaboração do modelo de desenvolvimento e da proposta de plano face à avaliação ambiental estratégica.

A abordagem assumida tem subjacente um processo inclusivo, sem esquecer qualquer dimensão do Município e da população, almejando uma proposta exequível, com objetivos realistas, mensuráveis numa janela temporal, definindo “para onde se pretende ir” e “de que forma lá se chegará”, numa dimensão de adaptabilidade e legibilidade.

Pretende-se, assim, desenvolver uma proposta de plano que não se resuma a um conjunto de documentos de caráter normativo e regulamentar, mas um instrumento que traduza e expresse claramente a sua natureza estratégica, um dos seus objetivos primordiais, explicitando as opções políticas do Município na persecução do bem comum e dos interesses do concelho e dos seus cidadãos.

---

# ENQUADRAMENTO

## LEGAL

A elaboração da revisão do PDM de Tavira será realizada nos termos previstos na legislação aplicável e normas diretivas da Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (atual Direção Geral do Território), nomeadamente:

- **Decreto-Lei n.º 269/82, de 10 de julho**, (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 86/2002, de 6 de abril e legislação complementar) aprova o regime jurídico das obras de aproveitamento hidroagrícola;
- **Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho**, estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente;
- **Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto**, (com alteração introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro), estabelece o regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN);
- **Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março**, (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 199/2015, de 16 de setembro), aprova o regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional (RAN);
- **Decreto Regulamentar n.º 9/2009, de 29 de maio**, estabelece os conceitos técnicos nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo (retificado pela Declaração de Retificação n.º 53/2009);
- **Decreto-Lei n.º 31/2014, de 30 de maio**, estabelece as bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo;
- **Decreto-Lei n.º 141/2014, de 19 de setembro**, procede à sexta alteração Decreto-Lei n.º 193/1995, de 28 de julho (repblicado pelo 202/2007, de 25 de maio), que estabelece os princípios e normas a que deve obedecer a produção cartográfica no território nacional. Com o aditamento ao Decreto-Lei n.º 193/95 de 28 de julho o artigo 3.º-A, relativa aos sistemas de georreferência “... toda a cartografia para fins de utilização pública deve ser elaborada e atualizada com base no sistema de georreferência PTTM06/ETRS89, no continente, e PTRAO8-UTM/ITRF93, nas Regiões Autónomas” (artigo 3.º-A, D. L. n.º141/2014, de 19 de setembro);
- **Aviso n.º 13362/2014, de 2 de dezembro**, estabelece o Regulamento Definitivo do Aproveitamento Hidroagrícola do Sotavento Algarvio;
- **Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio**, desenvolve as bases da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, definindo o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional, intermunicipal e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial;
- **Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto**, regulamenta e estabelece os critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como os critérios de qualificação e as categorias do solo rústico e do solo urbano em função do uso dominante, aplicáveis a todo o território nacional;
- **Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro**, regula a constituição, a composição e o funcionamento da comissão de consultivas da elaboração e da revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) e do Plano Diretor Intermunicipal (PDIM);
- **Decreto Regulamentar n.º 142/2016, de 9 de fevereiro**, estabelece as normas e especificações técnicas da cartografia topográfica e topográfica de imagem a utilizar na elaboração, alteração e revisão dos planos territoriais e na cartografia temática que daí resulte;
- (...).

E de acordo com a demais legislação complementar aplicável e as normas ou diretivas para a elaboração de planos diretores municipais da DGOTDU, nomeadamente:

- **Guia de boas práticas para Avaliação Ambiental Estratégica** - orientações metodológicas, Maria do Rosário Partidário e Instituto Superior Técnico, editado pela Agência Portuguesa do Ambiente, outubro 2007;
- **Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território**, DGOTDU, novembro 2008;
- **Norma 01/2011** – Norma Técnica sobre o Modelo de Dados para o Plano Diretor Municipal, DGOTDU, versão F 1.0 de setembro de 2011;
- **Norma 02/ 2011** – Norma de Metadados do Ordenamento do Território, DGOTDU, versão F1.0 de 28 de outubro de 2011;
- **Servidões e Restrições de Utilidade Pública**, DGOTDU, 2011;
- **A Paisagem na Revisão dos PDM** – Orientações para implementação da Convenção Europeia da Paisagem âmbito municipal, DGOTDU, 2011;
- **Integração do conteúdo dos Planos Especiais** - Guia Metodológico, Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e Conservação da Natureza, março 2015;
- **Guia Orientador Abordagem ao Setor do Turismo na Revisão de PDM**, Turismo de Portugal, I.P., 2015;
- (...).

## ENQUADRAMENTO

### PROGRAMÁTICO

De acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que consubstancia o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), os PDM ficam obrigados a identificar os planos de âmbito nacional e regional que deverão ser considerados no âmbito da sua revisão, por forma a assegurar as necessárias compatibilizações. No presente relatório, pretende-se realizar o enquadramento nacional e regional do concelho de Tavira, relativamente aos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) existentes. Desta forma, do conjunto de IGT que serão analisados nas fases seguintes, selecionaram-se os de maior referência com os quais o PDM de Tavira se deve compatibilizar:

- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT);
- Plano Setorial da REDE NATURA 2000 (PSRN2000);
- Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas das Ribeiras do Algarve (PGBHRA);
- Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas do Guadiana (PGBHG);
- Plano de Gestão dos Riscos de Inundações da Região Hidrográfica do Algarve (PGRIRHA);
- Plano Regional de Ordenamento Florestal do Algarve (PROF Algarve);
- Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT);
- Plano de Ordenamento da Orla Costeira Vilamoura-Vila Real de St.º António (POOC Vilamoura – V. R. St.º António);
- Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa (POP NRF);
- Plano Regional de Ordenamento do Território para o Algarve (PROT Algarve);
- (...).

---

# ENQUADRAMENTO

## COMISSÃO CONSULTIVA

A CC da revisão do PDM de Tavira, foi constituída pelo Aviso n.º 13641/2015, publicado pelo Diário da República de 24 de novembro, 2.ª série, n.º 230, e alterada e republicada pelo Aviso (extrato) n.º 15121/2016 publicado pelo Diário da República de 2 de dezembro, 2.ª série, n.º 231, sendo composta pelas seguintes entidades:

Assembleia Municipal de Tavira (AMT);

Câmara Municipal de Tavira (CMT);

Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S. A. (APS);

Administração Regional de Saúde do Algarve, IP (ARS);

Agência Portuguesa do Ambiente, I. P./Administração da Região Hidrográfica do Algarve (APA/ARH);

Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM);

Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC);

Capitania do Porto de Tavira (CPT);

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR);

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve (DRAP);

Direção Regional de Cultura do Algarve (DRC);

Direção de Serviços da Região do Algarve do Ministério da Educação e da Ciência (DSRA Educação);

Direção -Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR);

Direção -Geral de Energia e Geologia (DGEG);

Direção -Geral do Território (DGT);

DOCAPESCA, Portos e Lotas, S.A.;

Guarda Nacional Republicana (GNR);

IAPMEI — Agência para a Competitividade e Inovação, I. P.;

Infraestruturas de Portugal, S. A. — Gestão Regional de Beja e Faro (IP);

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF);

Instituto da Mobilidade e Transportes Terrestre, I. P. (IMTT);

Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P. (IPDJ);

Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS) — Centro Distrital de Faro;

Polícia de Segurança Pública (PSP);

Turismo de Portugal, I. P. (TP);

(o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P., não consta da lista uma vez que informou pelo of. 466423, de 21/03/2013, que nos próximos 2 anos, não é possível integrar as CC dos PDM);

Câmara Municipal Alcoutim (CMA);

Câmara Municipal de Castro Marim (CMCM);

Câmara Municipal Loulé (CML);

Câmara Municipal de Olhão (CMO);

Câmara Municipal de Vila Real de Stº António (CMVRSA);

Câmara Municipal de São Brás de Alportel (CMSBA).

Representantes dos serviços e entidades que administrem áreas de jurisdição especial, exerçam poderes sobre zonas do território sujeitas a restrições de utilidade pública ou tutelem atividades exercidas por entidades privadas em regime de concessão ou equiparável (alínea f), n.º 1, do artigo 7.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro):

Águas do Algarve, S. A. (AdA);

ALGAR, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S. A. (ALGAR);

Eletricidade de Portugal, S. A. (EDP);

Portugal Telecom, S. A. (PT);

REN — Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S. A. (REN).

---

# CONTEÚDO DOCUMENTAL E MATERIAL

A proposta de revisão de PDM, cumprirá o conjunto documental previsto por lei e incluirá os elementos que venham a considerar-se necessários para explicitar o que o mesmo deve conter em termos de conteúdo material, mas principalmente numa perspetiva de o tornar acessível e legível por qualquer cidadão, num princípio de equidade e justiça. O processo de revisão do PDM de Tavira, e mais concretamente os elementos que dele resultem, devem assim simultaneamente cumprir os requisitos legais, mas contribuir para que o PDM seja mais facilmente acedido e compreendido pelo público em geral.

Algo que pauta a definição do conteúdo documental e material, é a natureza e génese do PDM, tal como previsto no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), um *“instrumento que estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial municipal, a política municipal de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, o modelo territorial municipal, as opções de localização e de gestão de equipamentos de utilização coletiva e as relações de interdependência com os municípios vizinhos, integrando e articulando as orientações estabelecidas pelos programas de âmbito nacional, regional e intermunicipal”*.

Conforme refere o RJIGT, o PDM define o quadro estratégico de desenvolvimento territorial do município e o correspondente modelo de organização territorial, estabelecendo nomeadamente o seguinte conteúdo material:

- a) A caracterização, ou a sua atualização, económica, social e biofísica, incluindo a identificação dos valores culturais, do sistema urbano e das redes de transportes e de equipamentos, de educação, de saúde e de segurança, bem como os sistemas de telecomunicações, de abastecimento de energia, de gás, de captação, de tratamento e abastecimento de água, de drenagem e tratamento de efluentes e de recolha, depósito e tratamento de resíduos;
- b) Os objetivos de desenvolvimento económico local e as medidas de intervenção municipal no mercado de solos;
- c) Os critérios de sustentabilidade a adotar, bem como os meios disponíveis e as ações propostas, que sejam necessários à proteção dos valores e dos recursos naturais, recursos hídricos, culturais, agrícolas e florestais, e a identificação da estrutura ecológica municipal;
- d) A referência espacial dos usos e das atividades, nomeadamente através da definição das classes e das categorias de espaços;
- e) A definição de estratégias e dos critérios de localização, de distribuição e de desenvolvimento das atividades industriais, turísticas, comerciais e de serviços;
- f) A identificação e a qualificação do solo rústico, garantindo a adequada execução dos programas e das políticas de desenvolvimento agrícola e florestal, bem como de recursos geológicos e energéticos;
- g) A identificação e a delimitação das áreas urbanas, com a definição do sistema urbano municipal e os correspondentes programas na área habitacional, bem como as condições de promoção da regeneração e da reabilitação urbanas e as condições de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal;
- h) A identificação das áreas de interesse público para efeitos de expropriação, bem como a definição das respetivas regras de gestão;
- i) Os critérios para a definição das áreas de cedência e a definição das respetivas regras de gestão, assim como a cedência média para efeitos de perequação;
- j) Os critérios de compensação e de redistribuição de benefícios e encargos decorrentes da gestão urbanística, a concretizar nos planos previstos para as unidades operativas de planeamento e gestão;
- k) A especificação qualitativa e quantitativa dos índices, dos indicadores e dos parâmetros de referência, urbanísticos ou de ordenamento, a estabelecer em plano de urbanização e em plano de pormenor, bem como os de natureza supletiva aplicáveis na ausência destes;
- l) A programação da execução das opções de ordenamento estabelecidas e a definição de unidades operativas de planeamento e gestão do plano, identificando, para cada uma destas, os respetivos objetivos e os termos de referência para a necessária elaboração de planos de urbanização e de pormenor;
- m) A identificação de condicionantes de carácter permanente, designadamente reservas e zonas de proteção, bem como as necessárias à concretização dos planos de emergência de proteção civil de âmbito municipal;

- n) A identificação e a delimitação das áreas com vista à salvaguarda de informação arqueológica contida no solo e no subsolo;
- o) As condições de atuação sobre áreas de reabilitação urbana, situações de emergência ou de exceção, bem como sobre áreas degradadas em geral;
- p) A articulação do modelo de organização municipal do território com a disciplina consagrada nos demais planos municipais aplicáveis;
- q) A proteção e a salvaguarda de recursos e de valores naturais que condicionem a ocupação, uso e transformação do solo;
- r) O prazo de vigência, o sistema de monitorização e as condições de revisão.

O conteúdo do PDM distingue-se entre o conteúdo material acima elencado (definido no artigo 96.º do RJIGT) e o seu conteúdo documental, o qual é estabelecido no artigo 97.º e desenvolvido nos pontos seguintes:

- **Regulamento;**
- **Planta de Ordenamento**, que representa o modelo de organização espacial do território municipal, de acordo com os sistemas estruturantes e a classificação e qualificação dos solos, as unidades operativas de planeamento e gestão definidas e, ainda, a delimitação das zonas de proteção e de salvaguarda dos recursos e valores naturais;
- **Planta de Condicionantes**, que identifica as servidões administrativas e as restrições de utilidade pública em vigor que possam constituir limitações ou impedimentos a qualquer forma específica de aproveitamento.

Elementos que acompanham o plano:

- Estudos de caracterização e diagnóstico;
- Relatório do plano;
- Relatório ambiental;
- Programa de execução;
- Plano de financiamento e fundamentação da sustentabilidade económica e financeira;

O plano é, ainda, acompanhado pelos seguintes elementos complementares:

- Planta de enquadramento regional;
- Planta de situação existente;
- Relatório e/ou planta de compromissos urbanísticos;
- Mapa de ruído;
- Participações recebidas em sede de discussão pública e respetivo relatório de ponderação;
- Ficha dos dados estatísticos;
- Indicadores qualitativos e quantitativos que suportem a avaliação prevista no Capítulo VIII.

Além dos elementos elencados constituintes ou complementares previstos na legislação em vigor pretende-se juntar elementos adicionais visando uma melhor sustentação da proposta de plano, como sejam:

- Inventário do património arquitetónico e arqueológico;
- Carta da reserva agrícola nacional;
- Carta da reserva ecológica nacional;
- Carta da rede nacional de áreas classificadas;
- Carta da estrutura ecológica municipal;
- Carta das zonas inundáveis;
- Carta educativa;
- Diagnóstico social;
- Cartografia de risco de incêndio.

---

# METODOLOGIA

A elaboração da revisão do PDM de Tavira, compreenderá a realização de um conjunto de tarefas, que se agrupam em quatro grandes fases, nomeadamente:

A primeira fase compreende a produção dos elementos a ser disponibilizados na plataforma colaborativa de gestão territorial, de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 12.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro, onde é feito um diagnóstico territorial e que levará à construção/consolidação do modelo territorial.

A segunda fase, relativa à elaboração da proposta do plano e outros aspetos que a condicionem, designadamente, em matéria de servidões e restrições por utilidade pública, elaboração do relatório ambiental e o plano de desafetações de áreas da REN e RAN, que serão alvo de uma primeira avaliação pelas entidades que acompanham a revisão do plano a quando da realização da primeira reunião da Comissão Consultiva (1ª CC). A par da elaboração da proposta do plano serão preparados os dossiês autónomos que contribuem singularmente para a referida proposta, nomeadamente os dossiês da RAN e da REN. Após o recebimento dos pareceres das entidades consultadas na 1ª CC, decorrerão as respetivas alterações e melhoramentos às peças aí apresentadas, num processo que se pretende construtivo e inclusivo de todos os intervenientes para que o desenvolvimento destas peças/elementos se consubstanciem na proposta final do plano, com todo o seu conteúdo material e documental a apresentar (na segunda reunião da Comissão de Consultiva (2ª CC)) com a perspetiva da obtenção do parecer favorável de todas as entidades, completando-se assim esta fase.

A terceira fase, consiste na apresentação da versão final do plano (já depois da 2ª CC), implicando dois momentos distintos. O primeiro momento corresponde ao processo de preparação dos vários elementos da proposta do plano, a apresentar num segundo momento que correspondente à Discussão Pública, onde poderão ser apresentadas, pela população, reclamações, observações, sugestões ou pedidos de esclarecimento à proposta apresentada. Esta etapa culminará com a elaboração do respetivo relatório de ponderação.

A quarta, e última fase, consiste na produção da versão final do plano, com incorporação de eventuais alterações decorrentes da discussão pública. Nesta etapa, atingir-se-á o culminar do processo de revisão do plano, com a aprovação pela Assembleia Municipal.

# PROGRAMA DE TRABALHOS

A elaboração da revisão do PDM de Tavira desenvolve-se em diversas fases às quais correspondem procedimentos diferenciados, estabelecidos no RJIGT e demais legislação complementar, em particular na Portaria n.º277/2015, de 10 de setembro. A elaboração da revisão do PDM contemplará a execução das quatro fases seguintes:

## **Fase 1 – Produção dos elementos a ser disponibilizados na plataforma colaborativa de gestão territorial.**

Fase 1.1 – Recolha e tratamento da informação de base;

Fase 1.2 – Apresentação da programação dos trabalhos e identificação da informação de base (cartográfica, documental e estatística) necessária à elaboração do trabalho;

Fase 1.3 – Proposta da Definição de Âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE);

Fase 1.4 – Elaboração dos estudos de caracterização e diagnóstico e elaboração do modelo estratégico;

Fase 1.5 – Proposta de revisão da REN Bruta e RAN Bruta.

## **Fase 2 – Produção dos elementos que acompanham a convocatória das reuniões plenárias.**

### **1ª reunião da Comissão Consultiva (1ª CC).**

Fase 2.1 – Elaboração do modelo estratégico – Plano de Ação;

Fase 2.2 – Proposta preliminar do plano e outros aspetos que a condicionem, designadamente, em matéria de servidões e restrições por utilidade pública;

Fase 2.3 – Relatório ambiental e Resumo Não Técnico da AAE;

Fase 2.4 – Propostas prévias de desafetação de áreas da REN e RAN.

### **2ª reunião da Comissão Consultiva (2ª CC).**

Fase 2.5 – Proposta final do plano, cujos conteúdos são os legalmente exigíveis, tendo o conteúdo material e documental previsto no RJIGT e respetiva legislação complementar, cujas principais peças de avaliação serão:

Fase 2.5.1 – Proposta de regulamento;

Fase 2.5.2 – Carta de ordenamento e condicionantes.

Esta fase termina com a aprovação da proposta do plano em sede de reunião plenária tendo como objetivo a obtenção do parecer final favorável.

## **Fase 3 - Discussão pública**

Fase 3.1 – Discussão pública;

Fase 3.2 – Relatório de ponderação da discussão pública.

## **Fase 4 – Versão final do plano**

Fase 4.1 – Versão final do plano com incorporação de eventuais alterações decorrentes da discussão pública.

Esta fase culmina com a aprovação pela Assembleia Municipal.



# COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

Um plano é tanto mais rico e exequível quanto mais próximo da realidade e das vontades dos cidadãos se encontra. Nos termos do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei 80/2015 de 14 de maio, todos os cidadãos e associações representativas dos interesses ambientais, económicos, sociais e culturais, têm o direito de participar na elaboração, alteração, revisão, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial, formulando sugestões e pedidos de esclarecimento ao longo dos procedimentos em apreço, bem como a intervenção na fase de discussão pública que precede obrigatoriamente à aprovação.

Pretende-se, que ao longo de todo o processo de revisão do PDM de Tavira este se caracterize como aberto à participação dos munícipes e demais interessados, facilitador e potenciador de comunicação entre cidadãos e Município. Decorre do estipulado no artigo 5.º do Decreto-Lei 80/2015 de 14 de maio, a obrigatoriedade de ser criado um sistema que mantenha, permanentemente, toda a informação relativa à dinâmica dos planos municipais atualizada e acessível, assegurando desta forma, o exercício do direito à informação. O sítio eletrónico do Município de Tavira na internet ([www.cm-tavira.pt](http://www.cm-tavira.pt)) será o meio privilegiado para potenciar a participação pública, seja para publicitação dos vários procedimentos, como para disponibilização da informação procedimental da revisão do PDM de Tavira.

As opções e funcionalidades do sítio eletrónico do Município de Tavira foram preparadas para responder às necessidades que a participação pública requer, tendo sido criada uma secção específica para a revisão do PDM, a qual pode ser acedida diretamente da página inicial através do *link* para o efeito. Dentro desta área, o cidadão disporá de um enquadramento do procedimento, uma seleção de perguntas e respostas frequentes, um cronograma com as etapas do processo, os documentos do processo para visualização e *download* e uma área destinada à participação, com indicações precisas sobre a importância e os meios que lhe permitam ter uma participação ativa e sustentada neste processo.

Compete ao planeador prever as modalidades de participação pública. No âmbito do processo de revisão do PDM de Tavira foram fomentados dois períodos de participação pública preventiva (de 15.05.2008 a 05.06.2008 e de 01.03.2016 a 29.03.2016). Para além dos períodos de participação pública decorrentes da legislação, de acordo com as orientações do Executivo Municipal ao nível da participação pública, esta poderá acontecer de forma transversal ao processo, igualmente serão promovidas, em altura adequada, sessões públicas de apresentação/esclarecimentos e outras ações que se entenda convenientes, as quais serão oportunamente divulgadas através do sítio eletrónico do Município, no edifício dos Paços do Concelho e nas Juntas de Freguesia.

A importância da participação dos particulares, resulta da necessidade das decisões no domínio do ordenamento do território e do urbanismo serem ponderadas, devendo por isso, ao lado da ponderação dos interesses públicos garantir-se também a conveniente e correta ponderação dos interesses privados. A ponderação dos interesses relevantes é um corolário do princípio da imparcialidade da administração e de reforço do princípio democrático. A nova geração de PDM, valorizará uma maior coordenação entre os vários níveis de governança e promoverá o reforço da cooperação intersectorial e maior participação e envolvimento, com a promoção do processo de decisão participado.

Desde o início do processo de revisão do PDM de Tavira e até 28.04.2017 foram registadas 157 participações, das quais 85 foram rececionadas fora dos períodos estipulados para a participação preventiva. Foi elaborado um quadro resumo (Anexo I), onde consta uma súmula da informação respeitante a estas participações, nomeadamente: registo e data de entrada, identificação do participante, local e freguesia a que se reporta a participação e, por fim, o âmbito da participação.

# CARTOGRAFIA

## CARTOGRAFIA DE BASE

Dando cumprimento ao disposto na subalínea iv) da alínea a) do n.º 1 do artigo 12.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro, neste capítulo do documento será apresentada a informação sobre as bases cartográficas a utilizar na elaboração da revisão do PDM de Tavira.

A cartografia de base deve respeitar o Decreto – Lei n.º141/2014, de 19 de setembro, que fixa a cartografia a utilizar nos IGT, nomeadamente no que respeita à cartografia de referência a utilizar na revisão do PDM, tendo esta de ser oficial ou homologada nos termos desta norma e deverá ser elaborada ou atualizada com base no sistema de georreferência PT-TM06/ETRS89.

As peças cartográficas a produzir no âmbito da revisão do PDM de Tavira, terão como base de referência, três elementos cartográficos oficiais:

### 1. Cartografia vetorial à escala 1/10 000

O Município de Tavira no âmbito de um processo conjunto com outros municípios pertencentes à CI - AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve adquiriu cartografia 1/10 000, base necessária e indispensável a elaboração dos diferentes instrumentos de gestão territorial. Assim, e conforme o estabelecido pelo artigo 15.º do Decreto-Lei n.º141/2014, de 19 de setembro, foi requerida à DGT a homologação da cartografia produzida, tendo recebido a classificação de homologada, pelo despacho de 10 de janeiro de 2013, correspondendo-lhe o processo de homologação n.º133 (Anexo I) referente ao Modelo Numérico Topográfico (MNT) e pelo despacho de 4 de maio de 2015, correspondendo-lhe o processo de homologação n.º 133 (Anexo II) referente ao Modelo Numérico Cartográfico (MNC).

QUADRO 1 | Metadados da cartografia de base à escala 1/10 000.

ENTIDADE PROPRIETÁRIA DA CARTOGRAFIA	Município de Tavira e Direção Geral do Território (DGT)
ENTIDADE PRODUTORA	LógicaTI Portugal, S.A. e Estereofoto S.A.
DATA DE EDIÇÃO	2011
DATA DE HOMOLOGAÇÃO	2013 (MNT) / 2015 (MNC)
SISTEMA DE REFERÊNCIA E DATUM (PRODUÇÃO)	Sistema de Hayford–Gauss, Datum 73
PROJEÇÃO CARTOGRÁFICA (PRODUÇÃO)	Transverse Mercator
ELIPSOIDE DE REFERÊNCIA (PRODUÇÃO)	Hayford
SISTEMA DE REFERÊNCIA E DATUM (TRANSFORMADO)	ETRS 1989 Portugal TM06
PROJEÇÃO CARTOGRÁFICA (TRANSFORMADO)	Transversa Mercator
ELIPSOIDE DE REFERÊNCIA (TRANSFORMADO)	GRS80 (Geodetic Reference System 1980)
ESCALA	1/10000
EXATIDÃO POSICIONAL	P <1,5m A <1,7m T 95%
PROCESSO DE HOMOLOGAÇÃO	133

### 2. Limites Administrativos da Carta Administrativa Oficial de Portugal 2015 (CAOP 2015);

De acordo com o disposto com o artigo 7.º do Decreto Regulamentar n.º142/2016, de 9 de fevereiro, a CAOP a utilizar neste plano será a versão 2015, disponível na página de internet da Direção Geral do Território (DGT) em formato *shapefile*, com o sistema de georreferenciação PT-TM06/ETRS89.

QUADRO 2 | Metadados da CAOP.

ENTIDADE PROPRIETÁRIA DA CARTOGRAFIA	Direção Geral do Território (DGT)
ENTIDADE PRODUTORA	DGT
DATA DE EDIÇÃO	2015
SISTEMA DE REFERÊNCIA E DATUM	ETRS 1989 Portugal TM06
PROJEÇÃO CARTOGRÁFICA	Transversa Mercator

ELIPSOIDE DE REFERÊNCIA	GRS80 (Geodetic Reference System 1980)
-------------------------	--

3. Ortofotografia aérea de 50 cm.  
Cobertura de 50 Ortos do concelho de Tavira do ano 2012.

QUADRO 3 | Metadados da Ortofotografia.

ENTIDADE PROPRIETÁRIA DA CARTOGRAFIA	Direção Geral do Território (DGT)
ENTIDADE PRODUTORA	DGT
DATA DE EDIÇÃO	2012
SISTEMA DE REFERÊNCIA E DATUM	Datum 73
PROJEÇÃO CARTOGRÁFICA	Gauss-Krüger
ELIPSOIDE DE REFERÊNCIA	Hayford (ou Internacional 1924)
FORMATO	TIF
N.º DE REGISTO	276/13

\* Foi efetuada a transformação de coordenadas de Hayford-Gauss Datum 73 para o Sistema ETRS89-TM06, segundo as Grelhas no formato NTv2, DGT

Cobertura de 50 Ortos do concelho de Tavira do ano 2015.

QUADRO 4 | Metadados da Ortofotografia.

ENTIDADE PROPRIETÁRIA DA CARTOGRAFIA	Direção Geral do Território (DGT)
ENTIDADE PRODUTORA	DGT
DATA DE EDIÇÃO	2015
SISTEMA DE REFERÊNCIA E DATUM	ETRS 1989 Portugal TM06
PROJEÇÃO CARTOGRÁFICA	Transversa Mercator
ELIPSOIDE DE REFERÊNCIA	GRS80 (Geodetic Reference System 1980)
FORMATO	TIF
N.º DE REGISTO	371/17

## CARTOGRAFIA

### CARTOGRAFIA TEMÁTICA

Com base nos elementos identificados como necessários para a realização dos trabalhos relativos à revisão do PDM de Tavira, e pelos elementos existentes no Município e disponibilizados por entidades, foi possível elaborar uma listagem da informação cartográfica e documental disponível. As tabelas seguintes resumem a informação disponível, com relevo, para o processo de revisão do PDM de Tavira. Este inventário serve para identificar a informação existente e as eventuais limitações que esta apresenta.

QUADRO 5 | Informação cartográfica do Município de Tavira e fornecida por outras entidades.

ELEMENTOS	FORMATO	ESCALA	FONTE/DATA
<b>Cartografia de Referência</b>			
Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP)	SHP	1/10000	DGT, 2014/15
Carta de condicionantes do PDM (em vigor)	WMS	1/25000	DGT, 1997
Carta de ordenamento do PDM (em vigor)	WMS	1/25000	DGT, 1997
Cartografia 10K homologada	SHP	1/10000	DGT/CMT, 2013/15
<b>Enquadramento</b>			
Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)	WMS	Não mencionado	DGT, 2006
Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa	SHP		ICNF, 2009
POOC Vilamoura - Vila Real de Santo António	WMS/SHP	1/25000	DGT, 2005

Plano Regional de Ordenamento Florestal para o Algarve	SHP		ICNF, 2006
PBH das Ribeiras do Algarve	SHP		CCDR, 1999
Plano Regional de Ordenamento do Território para o Algarve	WMS		DGT, 2007
Evolução Histórica da Mancha Urbana	DWG	Não mencionada	DGEMN/CMT, 2001
<b>Biofísica e Paisagista</b>			
Albufeiras e lagoas	SHP	1/10000	DGT/CMT, 2013
Aproveitamento Hidroagrícola do Sotavento Algarvio	SHP	Não mencionada	DGADR, 2013
Áreas inundáveis Tr=10/100anos	DWG	1/2000	UALG/EST/ADEC, 2007-2010
Carta de Ocupação do Solo (COS2007)	SHP	1/25000	DGT, 2007
Carta de Ocupação do Solo (COS90)	SHP	1/25000	DGT, 1990
Carta de solos	SHP	1/25000	DGADR/IDRHa
Carta geológica	SHP	1/100000	LNEG, 1992
Sistema de aquíferos	SHP	Não mencionada	APA, 2014
Risco de inundação	SHP	1/5000	APA, 2015
Sismicidade histórica	SHP	Não mencionada	Atlas do Ambiente, 1996
Intensidade sísmica	SHP	Não mencionada	Atlas do Ambiente, 1974
Erosão do solo	SHP	1/10000	Terraforma, 2016
Movimentos de vertente	SHP	1/10000	Terraforma, 2016
Zonas ameaçadas pelo mar	SHP	1/10000	Terraforma, 2016
Zonas de caça	SHP	Não mencionada	ICNF, 2015
<b>Demografia</b>			
BGRI	SHP	1/10000	INE, 2001/11
<b>Atividades Económicas</b>			
Área industrial de Santa Margarida	DWG	1/1000	EMPET, 2010
BGRI	SHP	1/10000	INE, 2011
Parque de Feiras e Exposições	DWG	1/1000	EMPET, 2007
Plano de Pormenor de Cachopo	DWG	1/1000	CMT, 2005
<b>Habituação</b>			
BGRI	SHP	1/10000	INE, 2011
Habituação social	SHP	1/10000	CMT, 2014
Loteamentos	SHP	Não mencionada	CMT, 2015
<b>Equipamentos</b>			
Administração	SHP	Não mencionada	CMT, 2016
Cultura	SHP	Não mencionada	CMT, 2014
Desporto	SHP	Não mencionada	CMT, 2014
Educação	SHP	Não mencionada	CMT, 2014
Prevenção e segurança pública	SHP	Não mencionada	CMT, 2015
Recreio e lazer (espaços verdes)	SHP	Não mencionada	CMT, 2015
Saúde	SHP	Não mencionada	CMT, 2014
Sociais	SHP	Não mencionada	CMT, 2014
<b>Formas Urbanas e Dinâmicas do Território</b>			
REN (em vigor)	SHP	1/25000	CCDR, 1997
RAN (em vigor)	SHP	1/25000	CMT, 1997
CRUS	WFS	1/25000	DGT
Vértices geodésicos	WFS	1/10000	DGT, 2015
Domínio público marítimo	SHP		
Plano de Pormenor de Cachopo	DWG	1/1000	CMT, 2005
Plano de Pormenor de Pêro Gil	DWG	1/1000	CMT, 2007
Plano de Pormenor NDT da Boavista	DWG	1/2000	CMT, 2007
Plano de Pormenor NDT da Quinta da Atalaia	DWG	1/2000	CMT, 2009
Plano de Pormenor Área Industrial de Santa Margarida	DWG	1/2000	CMT, 2002
Plano de Urbanização de Amaro Gonçalves	DWG	1/2000	CMT, 2007
Plano de Urbanização de Arroiteia / Livramento	DWG	1/2000	CMT, 2007
Plano de Urbanização de Conceição / Cabanas	DWG	1/2000	CMT, 2006
Plano de Urbanização Luz de Tavira	DWG	1/2000	CMT, 2007
Plano de Urbanização de Santa Catarina da Fonte do Bispo	DWG	1/2000	CMT, 2007
Plano de Urbanização de Santa Margarida	DWG	1/2000	CMT, 2007
Plano de Urbanização de Santo Estevão	DWG	1/2000	CMT, 2007
Área de Reabilitação Urbana	DWG	Não mencionada	CMT, 2014
<b>Turismo</b>			

Empreendimentos turísticos	SHP	Não mencionada	CMT, 2014
Parques de lazer	SHP	Não mencionada	CMT, 2015
Ciclovias	SHP	Não mencionada	CMT, 2007
Percursos Pedestres	SHP	Não mencionada	Associação In Loco/Associação Al-margem/CMT, 2015
Ciclovias	SHP	Não mencionada	AMAL, 2007
Praias	SHP	Não mencionada	CMT, 2014
Campos de golfe	SHP	Não mencionada	CMT, 2016
Docas de recreio	SHP	Não mencionada	CMT, 2016
<b>Património</b>			
Imóveis classificados e em vias de classificação	DWG	Não mencionada	DGPC, 2014
Sítios de interesse geológico	SHP	Não mencionada	LNEG, 2015
Rede Natura 2000	SHP	1/100000	ICNF, 2014
Áreas Protegidas	SHP	1/100000	ICNF, 2014
Sítios Ramsar	SHP	1/100000	ICNF, 2014
Arvoredo de interesse público	SHP	Não mencionada	ICNF, 2014
<b>Mobilidade e Transportes</b>			
Estacionamentos	SHP	Não mencionada	CMT, 2015
Sistema ferroviário	DWG	Não mencionada	REFER, 2015
Sistema fluvial	SHP	Não mencionada	CMT, 2014
Transporte urbano (Sobe e Desce)	SHP	Não mencionada	CMT, 2014
Rede viária	SHP	Não mencionada	CMT, 2014
<b>Infraestruturas</b>			
Abastecimento em alta	SHP	Não mencionada	AdA, 2015
Saneamento em alta	SHP	Não mencionada	AdA, 2015
Abastecimento em baixa	SHP	Não mencionada	Tavira Verde, 2015
Saneamento em baixa	SHP	Não mencionada	Tavira Verde, 2015
Captações particulares de água	SHP	Não mencionada	APA, 2015
Captações públicas de água	SHP	Não mencionada	CMT, 2016
Parque eólico	SHP	Não mencionada	ENEOP2, 2014
Dispensadores para dejetos caninos	SHP	Não mencionada	Tavira Verde, 2015
Ecopontos e resíduos sólidos urbanos (RSU)	SHP	Não mencionada	Tavira Verde, 2015
Rede de média e alta tensão (AT)	DWG	Não mencionada	EDP, 2014
Rede de muito alta tensão (MAT)	DWG	1/25000	REN, 2016
Rede de combustíveis	SHP	Não mencionada	CMT, 2015
Rede de iluminação pública	SHP	Não mencionada	CMT, 2014

No que diz respeito à cartografia temática disponível, deve-se referir que nem toda detém ficheiros de metadados associados, conforme o estabelecido pela Diretiva INSPIRE<sup>1</sup> (Infrastructure for Spatial Information in Europe), em que a cartografia a produzir pelas entidades públicas deverá ser acompanhada, de forma obrigatória, pelos respetivos ficheiros de metadados. Esta situação complica as análises e validações que são necessárias realizar à cartografia (e.g. fontes utilizadas, alterações introduzidas, datas de modificações, responsáveis por essas alterações, direitos de autor, sistemas de coordenadas, ...).

**QUADRO 6** | Informação documental do Município de Tavira e fornecida por outras entidades.

ELEMENTOS	FORMATO	FONTE/DATA
Metodologia para a caracterização do património arqueológico no âmbito dos PMOT's	PDF	IGESPAR, 2007
Infraestruturas da RNT existentes no concelho de Tavira	PDF	REN, 2014
Caraterização da infraestrutura Ferroviária no concelho de Tavira	PDF	REFER, 2014
Caraterização dos Sistemas Multimunicipais	PDF	AdA, 2015
Informação sobre os espaços identificados e classificados como património geológico e pedreiras	PDF	LNEG, 2015
Esclarecimentos relativos à informação enviada sobre os espaços identificados e classificados como património geológico e pedreiras	PDF	LNEG, 2015

<sup>1</sup> O Decreto-Lei nº 180/2009, de 7 de agosto, transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2007/2/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de março, que estabelece uma Infraestrutura de Informação Geográfica na Comunidade Europeia (INSPIRE).

---

Descrição dos sistemas indiferenciados	PDF	ALGAR, 2015
Património geológico e a sua valorização	PDF	ICNF, 2015

---

# SERVIDÕES E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA

De acordo com RJGT, a planta de condicionantes “identifica as servidões e restrições de utilidade pública em vigor que possam constituir limitações ou impedimentos a qualquer forma específica de aproveitamento”. Assim, a restrição de utilidade pública pode ser entendida como qualquer limitação ao direito de propriedade, com incidência sobre o uso, ocupação ou transformação do solo, decorrente diretamente da lei, sem depender de qualquer ato administrativo, visando a proteção de interesses coletivos. Por seu lado, a servidão administrativa incide sobre um bem ou direito específico, dependendo de um ato administrativo.

## SERVIDÕES E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA

### IDENTIFICAÇÃO

A identificação, organização e denominação das servidões e restrições de utilidade pública segue o guia metodológico da DGOTDU “Servidões e restrições de utilidade pública”, de setembro de 2011. Seguidamente apresenta-se o quadro resumo das mesmas, as quais serão consideradas na revisão do PDM de Tavira, nomeadamente na planta de condicionantes.

**QUADRO 7** | Listagem das Servidões e Restrições de Utilidade Pública presentes no concelho de Tavira.

SERVIDÕES E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA			ENTIDADE
Recursos Naturais	Recursos Hídricos	Domínio Público Hídrico	APA
		Albufeiras de Águas Públicas e Lagos ou Lagoas de Águas Públicas	APA
		Captações de Águas Subterrâneas para Abastecimento Público	APA
	Recursos Geológicos	Pedreiras	DGEG / DRE
	Recursos Agrícolas e Florestais	Reserva Agrícola Nacional	DRAPA Algarve
		Obras de Aproveitamento Hidroagrícola	DGADR
		Espécies Florestais Protegidas (Sobreiro, Azinheira e Azevinho)	ICNF
		Regime Florestal	ICNF
		Povoamentos Florestais Percorridos por Incêndio	ICNF
		Proteção ao Risco de Incêndio	ICNF
	Recursos Ecológicos	Árvores e Arvoredo de Interesse Público	ICNF
		Reserva Ecológica Nacional	CCDR-Algarve
		Áreas Protegidas	ICNF
Património Edificado	Rede Natura 2000	ICNF	
	Imoveis Classificados ou em Vias de Classificação	DRC	
Equipamentos	Edifícios Públicos e Outras Construções	Município de Tavira	
	Defesa Nacional	MDN	
Infraestruturas	Abastecimento de Água	AdA / TaviraVerde	
	Drenagem de Águas Residuais	AdA / TaviraVerde	
	Rede Elétrica – Rede Nacional de Transporte de Eletricidade, RNT	REN	
	Rede Elétrica – Rede Nacional de Distribuição de Eletricidade, RND	EDP	
	Rede Rodoviária Nacional e Estradas Regionais	IP	
	Estradas Nacionais Desclassificadas	Município de Tavira	
	Estradas e Caminhos Municipais	Município de Tavira	
	Rede Ferroviária	IP	
	Telecomunicações	ANACOM	
	Faróis e outros Sinais Marítimos	AMN	
	Marcos Geodésicos	DGT	
Atividades Perigosas	Estabelecimentos com Produtos Explosivos	IAPMEI, IPQ, DGEG	
	Estabelecimentos com Substâncias Perigosas	IAPMEI, IPQ, DGEG	

---

## ANEXOS

---

ANEXO I | Quadro síntese das participações.

ID	Registo e data de entrada	Participante	Local/Freguesia	Âmbito da participação
1	24858/25.05.2006	Carlos Santos - Arquitectura e Urbanismo, Lda.	Concelho de Tavira	Reclassificação de solo com vista à sua qualificação para a categoria “Espaços de uso especial” (espaços turísticos de qualidade destinado à residência de idosos e doentes terminais ou em convalescença).
2	40724/06.09.2006	Colinas de Tavira, Golf e Country Clube - Sociedade Urbanizadora, Lda.	Cumeada (Conceição e Cabanas de Tavira)	Reclassificação de solo com vista à sua qualificação para a categoria “Espaços de uso especial” (espaços turísticos).
3	22310/15.05.2008	Faustino Henrique Barradas	Quinta do Vau e Almargem/Tavira (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação para solo urbano.
4	22454/16.05.2008	Maria Alda Gomes Fernandes de Sousa	Sítio da Foz/Tavira (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação para solo urbano.
5	23394/23.05.2008	Joaquim Fernandes da Silva	Poente do cemitério da Luz (Luz de Tavira e Santo Estêvão)	Reclassificação para solo urbano.
6	24436/30.05.2008	Anabela Cristina Cavaco Ferreira Afonso	Poente do aglomerado de Santo Estêvão (Luz de Tavira e Santo Estêvão)	Reclassificação para solo urbano.
7	24437/30.05.2008	Maria Rosário Brás Cavaco Ferreira Afonso	Poente do aglomerado de Santo Estêvão (Luz de Tavira e Santo Estêvão)	Reclassificação para solo urbano.
8	24899/03.06.2008	Maria de Lurdes Silva Fernandes	Sítio da Palmeira (Luz de Tavira e Santo Estêvão)	Reclassificação para solo urbano.
9	24900/02.06.2008	José Manuel Dourado	Sítio da Palmeira (Luz de Tavira e Santo Estêvão)	Reclassificação para solo urbano.
10	24901/03.06.2008	Luciano Higidio dos Santos Ramos	Sítio da Palmeira (Luz de Tavira e Santo Estêvão)	Reclassificação para solo urbano.
11	24902/03.06.2008	Mário Fernandes	Nascente do aglomerado de Luz de Tavira (Luz de Tavira e Santo Estêvão)	Reclassificação para solo urbano.
12	24908/03.06.2008	Maria Bertilde Baptista Silva Barreto Nunes	Vale Formoso/Tavira (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação de solo com vista à sua qualificação para a categoria “Espaços habitacionais”.
13	25110/04.06.2008	Mário Dias dos Santos	Estrada da Palmeira (Luz de Tavira e Santo Estêvão)	Reclassificação para solo urbano.
14	25113/04.06.2008	Benedito Teixeira Vaz	Nascente do cemitério da Conceição (Conceição e Cabanas de Tavira)	Reclassificação para solo urbano.
15	25119/04.06.2008	PISAN CAT S.L.	Nascente do aldeamento turístico Pedras D’el Rei (Santa Luzia)	Reclassificação de solo com vista à sua qualificação para a categoria “Espaços habitacionais”.
16	25123/04.06.2008	Joviano Pires Gonçalves	Norte do aglomerado de Santo Estêvão (Luz de Tavira e Santo Estêvão)	Reclassificação para solo urbano.
17	25143/04.06.2008	Vera Marina Bregas Thellier e Outros (9)	Concelho de Tavira	Considerandos e sugestões diversas sobre vários aspetos e zonas.
18	25178/04.06.2008	Humberto Fernando de Mendonça Viegas	Poente do aglomerado de Santo Estêvão (Luz de Tavira e Santo Estêvão)	Reclassificação para solo urbano.
19	25188/04.06.2008	Luísa Maria Freitas Brás	Poente do aglomerado de Santo Estêvão (Luz de Tavira e Santo Estêvão)	Reclassificação para solo urbano.
20	25226/04.06.2008	Emiliana Maria Lopinhas Salvador	Sítio da Arroteia (Luz de Tavira e Santo Estêvão)	Reclassificação de solo com vista à sua qualificação para a categoria “Espaços de uso especial” (Centro Gerontológico para 3.ª idade/Centro de Saúde Gerontológico).
21	25280/04.06.2008	Maria Aline Pereira Custódio	Estrada da Palmeira (Luz de Tavira e Santo Estêvão)	Reclassificação para solo urbano.
22	25331/05.06.2008	Ana Cristina Ferreira Vigarinho	Nascente da Quinta das Oliveiras/Tavira (Santa Maria e Santiago)	Correção da delimitação do solo urbano de Tavira a nascente, pelo caminho do Bento.
23	25362/05.06.2008	Martinus Victor Christiaan Stroomer	Concelho de Tavira	Considerandos e sugestões diversas sobre vários aspetos.
24	25378/ 05.06.2008	Associação de Defesa da Natureza e Património Rural do Algarve	Concelho de Tavira	Considerandos e sugestões diversas sobre vários aspetos.
25	25398/05.06.2008	Cineticum, Sociedade Turística e Imobiliária do Algarve, Lda.	Pegada/Pedra do Galo/Tavira (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação para solo urbano.

26	25399/05.06.2008	Formoso – Complexo Agro-Pecuário do Sotavento, S.A.	Vale Caranguejo/Tavira (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação para solo urbano de parcela retirada desta qualificação em 2007 (no âmbito da alteração pontual ao PDM de Tavira).
27	25400/05.06.2008	Benamor, Atividades Turísticas, S.A.	Quinta de Benamor (Conceição e Cabanas de Tavira)	Reclassificação de solo com vista à sua qualificação para a categoria “Espaços de uso especial” (espaços turísticos - hotel de 5* e conjunto residencial).
28	25416/05.06.2008	António Eusébio de Jesus Pereira	Canada (Conceição e Cabanas de Tavira)	Reclassificação de solo com vista à sua qualificação para a categoria “Espaços habitacionais”.
29	25419/05.06.2008	Ernesto da Cruz Gonçalves Fortes	Estrada da Barreta/Tavira (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação definida no PGU de Tavira, de “Área Verde” para “Área Urbanizável”.
30	25420/05.06.2008	Fernando dos Santos Pereira	Canada (Conceição e Cabanas de Tavira)	Reclassificação para solo urbano.
31	25443/05.06.2008	Maria Carlota Palermo Fernandes de Jesus	Canada/Conceição de Tavira (Conceição e Cabanas de Tavira)	Reclassificação para solo urbano.
32	25444/05.06.2008	Maria Custódia Domingues e Outra	Fonte Salgada/Tavira (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação para solo urbano.
33	25445/05.06.2008	Maria Custódia Domingues e Outra	Poço da Amendoeira/Tavira (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação para solo urbano.
34	25446/05.06.2008	Maria Custódia Domingues	Poço da Amendoeira/Tavira (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação para solo urbano.
35	25458/05.06.2008	António José Costela Alexandre	Arroio (Luz de Tavira e Santo Estêvão)	Reclassificação para solo urbano.
36	25475/05.06.2008	Herdeiros de Marta Maria	Palheiros/Tavira (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação para solo urbano.
37	25476/05.06.2008	José Eduardo da Costa Marques	Gomeira (Conceição e Cabanas de Tavira)	Reclassificação para solo urbano.
38	25484/05.06.2008	Manuel Alberto de Jesus	Estrada da Palmeira (Luz de Tavira e Santo Estêvão)	Reclassificação para solo urbano.
39	25533/05.06.2008	Ana Isabel Carola Faria Pereira	Estrada da Barreta/ Tavira (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação da totalidade do solo como “Área urbanizável”, sendo que somente uma parte está com essa qualificação.
40	25538/05.06.2008	Isabel Maria Castanho Paes	Cara de Pau/Tavira (Santa Maria e Santiago)	Considerandos e sugestões diversas sobre vários aspetos.
41	25563/05.06.2008	Sorimin, compra e venda de imóveis, Lda.	Mato da Ordem/Tavira (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação de solo com vista à sua qualificação para a categoria “Espaços de uso especial” (espaços turísticos) e “Espaços habitacionais”.
42	25564/05.06.2008	Sorimin, compra e venda de imóveis, Lda.	Sítio do Pêro Gil/Tavira (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação de solo com vista à sua qualificação para a categoria “Espaços de uso especial” (espaços turísticos) e “Espaços habitacionais”.
43	25565/05.06.2008	Sorimin, compra e venda de imóveis, Lda.	Poente do aglomerado da Conceição (Conceição e Cabanas de Tavira)	Reclassificação de solo com vista à sua qualificação para a categoria “Espaços de uso especial” (espaços turísticos) e “Espaços habitacionais”.
44	25566/05.06.2008	Sorimin, compra e venda de imóveis, Lda.	Poente do aldeamento turístico Pedras da Rainha (Conceição e Cabanas de Tavira)	Reclassificação de solo com vista à sua qualificação para a categoria “Espaços de uso especial” (espaços turísticos) e “Espaços habitacionais”.
45	25609/06.06.2008	Maria Feliciano Castanho Paes Narciso Simões	Cidade de Tavira/ Tavira (Santa Maria e Santiago)	Discordância da intenção de construção de um estádio municipal de grandes dimensões, sugerindo a construção de um pavilhão polivalente.
46	25611/06.06.2008	Maria Manuela Raposo Magalhães	Concelho de Tavira	Considerandos e sugestões diversas sobre vários aspetos.
47	25637/06.06.2008	José Manuel Castanho Paes e Outro	Cara de Pau/Tavira (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação para solo urbano.
48	25767/06.06.2008	Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza	Concelho de Tavira	Considerandos e sugestões diversas sobre vários aspetos.
49	29483/01.07.2008	IMOTEAM – Compra e Venda de imóveis, Lda.	Quinta da Altura Portada/ Tavira (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação para solo urbano.
50	44230/09.10.2008	Maria Eduarda Gonçalves	Sítio da Arroiteia (Luz de Tavira e Santo Estêvão)	Reclassificação de solo com vista à sua qualificação para a categoria “Espaços habitacionais”.
51	2232/20.01.2009	Manuel Domingos Gonçalves	Brejo (Luz de Tavira e Santo Estêvão)	Criação de condições para viabilização de salão de festas.
52	7958/04.03.2009	Maria Cândida Cavaco Mendonça	Malhão (Luz de Tavira e Santo Estêvão)	Reclassificação para solo urbano.
53	7959/04.03.2009	Maria Cândida Cavaco Mendonça	Malhão (Luz de Tavira e Santo Estêvão)	Reclassificação para solo urbano.

54	10218/20.03.2009	Eusebio & Carmo, Sociedade de Construções, Lda.	Picota/Tavira (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação para solo urbano.
55	11275/30.03.2009	Maria José Pacheco Valentim Ferreira	Estrada Nacional 125, n.º 48 (Luz de Tavira e Santo Estêvão)	Reclassificação para solo urbano.
56	20496/12.06.2009	Ana Teresa de Gouveia Durão Pina Rebelo	Pinheiro (Luz de Tavira e Santo Estêvão)	Reclassificação para solo urbano.
57	21872/23.06.2009	Maria José de Mendonça Felício	Sítio do Pinheiro (Luz de Tavira e Santo Estêvão)	Reclassificação de solo com vista à sua qualificação para a categoria “Espaços de atividades económicas” (área empresarial).
58	21953/25.06.2009	José Manuel da Conceição Martins	Carrasqueira (Santa Catarina da Fonte do Bispo)	Reclassificação para solo urbano.
59	22870/02.07.2009	Guida Vitorina Arrais Dourado Pereira	Sítio da Arroteia (Luz de Tavira e Santo Estêvão)	Reclassificação para solo urbano.
60	22929/03.07.2009	Maria Nailde Gonçalves Fernandes	Morenos (Santa Catarina da Fonte do Bispo)	Reclassificação para solo urbano.
61	22989/03.07.2009	Urbanizações Teixeira & Viegas, Lda.	Sítio da Foz/Tavira (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação para solo urbano.
62	27560/12.08.2009	Maria Alda da Silva Soares	Almargem/Tavira (Santa Maria e Santiago)	Criação de condições para viabilização de parque de campismo e caravanismo.
63	39082/25.11.2009	Séqua – Sociedade de Construções, Lda.	Atalaia/Tavira (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação para solo urbano.
64	39676/02.12.2009	Maurício Luís Felício Bento	Entre a ER 125 e a Rua do Estanque (Conceição e Cabanas de Tavira)	Reclassificação de solo com vista à sua qualificação para a categoria “Espaços de atividades económicas” (Posto de Abastecimento de Combustível).
65	ED1321/27.01.2010	Vítor Manuel Parra Viegas	Sul da ER 270 (Santa Catarina da Fonte do Bispo)	Reclassificação para solo urbano.
66	17907/28.06.2010	Maria de Fátima Marques Romano Ladeira	Vale Caranguejo/ Tavira (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação para solo urbano de parcela retirada desta qualificação em 2007 (no âmbito da alteração pontual ao PDM de Tavira).
67	32694/29.11.2010	Maria Manuela Reis Trindade Correia Marques	Capelinha/Tavira (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação para solo urbano.
68	371/04.01.2011	Eduardo Soares Mangas	Nascente do Aldeamento Turístico Pedras D’El Rei (Santa Luzia)	Reclassificação para solo urbano.
69	7854/25.03.2011	Eduardo Manuel Pereira Martins	Sítio da Arroteia (Luz de Tavira e Santo Estêvão)	Reclassificação de solo com vista à sua qualificação para a categoria “Espaços habitacionais”.
70	9362/11.04.2011	Santa Casa da Misericórdia de Moncarapacho	Norte do Aldeamento Turístico Pedras D’El Rei (Santa Luzia)	Reclassificação de solo com vista à sua qualificação para a categoria “Espaços de uso especial” (espaços turísticos).
71	17181/05.07.2011	Gabriel Pereira Rego Bravo	Vale Caranguejo/Tavira (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação para solo urbano.
72	24708/04.10.2011	Ana Paula dos Santos Machado Malhó da Fonseca	Estorninhos (Conceição e Cabanas de Tavira)	Reclassificação para solo urbano.
73	9330/07.05.2012	Eugénio Edmundo Monteiro Ferreira	Pinheiro (Luz de Tavira e Santo Estêvão)	Reclassificação para solo urbano.
74	7811/23.04.2013	Valentim Domingos da Conceição	Mato de Santo Espírito/Tavira (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação para solo urbano.
75	13005/10.07.2013	Maria Natália da Cruz Lázaro	Sítio de S. Pedro/Tavira (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação para solo urbano.
76	ED6817/06.08.2013	Ricardo Manuel Fernandes Martins	Monte de Garrobo e Santa Margarida/Tavira (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação para solo urbano.
77	18535/06.10.2014	SULEI - Sociedade Ultramarina de em Empreendimento Imobiliário, S.A	Santo Estêvão (Luz de Tavira e Santo Estêvão)	Criação de condições para viabilização de parque de campismo e auto caravanismo.
78	19939/29.10.2014	Ólímpio Afonso Sequeira Marques	Montes e Lagares (Santa Catarina da Fonte do Bispo)	Reclassificação para solo urbano.
79	122/05.01.2015	Casa Santos Lima - Companhia das Vinhas, S.A.	Sítio de São Marcos/Tavira (Santa Maria e Santiago)	Desafetação da REN com vista à exploração agrícola.
80	522/09.01.2015	Centro Social Santo Estêvão	Nascente do aglomerado de Santo Estêvão (Luz de Tavira e Santo Estêvão)	Criação de uma via de acesso à EM 516 com acesso direto ao Centro Social.
81	2104/02.02.2015	Idália Maria Fernandes Teixeira	Estorninhos (Conceição e Cabanas de Tavira)	Reclassificação de solo com vista à sua qualificação para a categoria “Espaços habitacionais”.
82	2529/06.02.2015	Justino Felício de Mendonça	Norte do aglomerado de Luz de Tavira (Luz de Tavira e Santo Estêvão)	Reclassificação para solo urbano.
83	3943/24.02.2015	César Ventura Pereira Pacheco	Sítio de S. Pedro/ Tavira (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação para solo urbano.
84	4945/10.03.2015	Maria de Lurdes de Jesus	Malhada de Peres (Concei-	Reclassificação para solo urbano.

		Guerreiro Leal	ção e Cabanas de Tavira)	
85	13057/29.06.2015	Maria Cristina do Carmo de Jesus	Mato de Santo Espírito/Tavira (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação para solo urbano.
86	14067/15.07.2015	Sara Isabel Fernandes Cardeira	Vale Formoso/Tavira (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação para solo urbano.
87	17715/09.09.2015	António Augusto Gomes	Bodega e Palheirinhos/Tavira (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação para solo urbano.
88	23826/10.12.2015	Implanturis - Sociedade de Construções, Lda.	Arroio (Luz de Tavira e Santo Estêvão)	Manutenção dos índices atualmente em vigor no âmbito do PU de Luz de Tavira.
89	2761/12.02.2016	Aldomiro da Graça	Gomeira (Conceição e Cabanas de Tavira)	Reclassificação para solo urbano.
90	4627/10.03.2016	Maria Natália da Cruz Lázaro	Vale Caranguejo/ Tavira (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação de solo com vista à sua qualificação para a categoria “Espaços de uso especial” (infra-estruturas turismo náutico/marina/porto de barcos de recreio).
91	4628/10.03.2016	Maria Natália da Cruz Lázaro	Vale Caranguejo/ Tavira (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação de solo com vista à sua qualificação para a categoria “Espaços de uso especial” (espaços turísticos).
92	4629/10.03.2016	Maria Natália da Cruz Lázaro	Selão/Tavira (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação de solo com vista à sua qualificação para a categoria “Espaços de uso especial” (espaços de equipamentos e turísticos).
93	4630/10.03.2016	Maria Natália da Cruz Lázaro	Serro do Malhão/Tavira (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação de solo com vista à sua qualificação para a categoria “Espaços habitacionais”.
94*	4922/15.03.2016	Valentim Domingos da Conceição	Mato de Santo Espírito/Tavira (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação para solo urbano.
95	ED2177/18.03.2016	Ana Maria Neves de Barros Leite da Cunha Coutinho	Freguesia de Santa Luzia	Considerandos e sugestões diversas sobre vários aspetos.
96	5326/18.03.2016	Jorge Henrique Viegas Corvo	Vale Caranguejo/Tavira (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação para solo urbano.
97*	5327/18.03.2016	Luís Miguel Mendonça Felício Cavaco Henriques	Pinheiro (Luz de Tavira e Santo Estêvão)	Reclassificação para solo urbano.
98	5546/22.03.2016	Manuel Vítor Gonçalves da Cruz	Norte da EM 1347 (Santa Luzia)	Reclassificação para solo urbano.
99	5720/24.03.2016	Mártires Unipessoal, Lda.	Palmeira (Luz de Tavira e Santo Estêvão)	Inclusão de terreno no Plano de Urbanização da Luz de Tavira.
100	5761/24.03.2016	Maria José de Brito Gago Chagas Cansado	Santa Margarida/Tavira (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação para solo urbano de parte de parcela pelos respetivos limites cadastrais (outra parte já está em solo urbano).
101*	5765/24.03.2016	IMOTEAM – Compra e Venda de imóveis, Lda.	Quinta da Altura Portada/Tavira (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação para solo urbano.
102	5766/24.03.2016	António José do Nascimento Minhalma	Tavipesca - Fábrica de Conservas Tavirense, Estrada das Quatro Águas/Tavira (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação para solo urbano e exclusão do espaço da área de intervenção do PNR.
103	ED2378/28.03.2016	João Miguel Valente Mendonça	Arroio (Luz de Tavira e Santo Estêvão)	Reclassificação de solo com vista à sua qualificação para a categoria “Espaços de uso especial” (espaços turísticos) ou “Espaços habitacionais”.
104	5787/28.03.2016	Nélio Davide do Carmo Gonçalves	Sítio das Cruzes e Sítio da Aporfiosa (Santa Catarina Fonte do Bispo)	Exclusão de REN ou outras condicionantes em 6 terrenos.
105*	5806/28.03.2016	Maria de Fátima Marques Romano Ladeira	Vale Caranguejo/Tavira (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação para solo urbano de parcela retirada desta qualificação em 2007 (no âmbito da alteração pontual ao PDM de Tavira).
106	5820/28.03.2016	António Costa Pires e Outros (17)	Sítio da Foz, Pinheirinho e S. Pedro/Santa Luzia e Tavira (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação para solo urbano.
107	5821/28.03.2016	Manuel Gonçalves Neto	Estorninhos (Conceição e Cabanas de Tavira)	Reclassificação para solo urbano.
108	5822/28.03.2016	Manuel Gonçalves Neto	Estorninhos (Conceição e Cabanas de Tavira)	Reclassificação para solo urbano.
109	5867/28.03.2016	Maria Helena Batista Gonçalves	Alcarias (Santa Catarina da Fonte do Bispo)	Reclassificação de solo com vista à sua qualificação para a categoria “Espaços habitacionais”.
110	ED2421/29.03.2016	Mari Therese Roberts	Concelho de Tavira	Considerandos e sugestões diversas sobre vários aspetos e zonas.
111	5881/29.03.2016	Maria Dina Marques Romano Farragota	Vale Caranguejo/Tavira (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação para solo urbano de parcela retirada desta qualificação em 2007 (no âmbito da alteração pontual ao PDM de Tavira).

112	5926/29.03.2016	Manuel Custódio de Jesus Guerreiro	Eira da Palma/Tavira (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação de solo com vista à sua qualificação para a categoria “Espaços habitacionais”.
113	5927/29.03.2016	Alexandre Martins Viegas Cesário	Pêro Gil/Tavira (Santa Maria e Santiago)	Salvaguarda da classificação de toda a área afeta ao PP Pero Gil como solo urbano, bem como os respetivos parâmetros e condicionantes urbanísticas.
114	5928/29.03.2016	Gina Azevedo Martins Pacheco	Poço do Vale (Luz de Tavira e Santo Estêvão)	Reclassificação para solo urbano.
115	5929/29.03.2016	Adelaide Custodia Faria Palmeira	Sítio de S. Pedro (Santa Luzia)	Reclassificação para solo urbano.
116	5944/29.03.2016	Mónica dos Santos Brás	Concelho de Tavira	Considerandos e sugestões diversas sobre vários aspetos e zonas.
117	5945/29.03.2016	Maria Rosário Brás Cavaco Ferreira Afonso	Concelho de Tavira	Considerandos e sugestões diversas sobre vários aspetos e zonas.
118*	5946/29.03.2016	Séqua – Sociedade de Construções, Lda.	Atalaia, Cidade/Tavira (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação de solo com vista à sua qualificação para a categoria “Espaços habitacionais”.
119	5955/29.03.2016	Maria do Rosário Pires Mendonça P. Valagão	Concelho de Tavira	Considerandos e sugestões diversas sobre estufas.
120	6000/30.03.2016	Flor Galina Charlotte Geoges Picot	Concelho de Tavira	Considerandos e sugestões diversas sobre vários aspetos e zonas.
121	6001/30.03.2016	César Manuel da Cruz Agostinho	Currais/Cachopo	Reclassificação para solo urbano.
122	ED2477/30.03.2016	Tavira em Transição - Cidadania Ativa da Terramada - Associação de Permacultura	Concelho de Tavira	Considerandos e sugestões diversas sobre vários aspetos e zonas.
123	ED2478/30.03.2016	AGROTAVIRA - Sociedade Agrícola S.A.	Quinta Nossa Senhora de Fátima, Amaro Gonçalves (Luz de Tavira e Santo Estêvão)	Reclassificação de solo com vista à sua qualificação para a categoria “Espaços de uso especial” (espaços turísticos).
124	6209/01.04.2016	Manuel António Teixeira	Sítio da Palmeira (Luz de Tavira e Santo Estêvão)	Reclassificação para solo urbano.
125	6289/04.04.2016	Equitavira – Vasco Fina Ajuda Junior	Vale Formoso/ Tavira (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação de solo com vista à sua qualificação para a categoria “Espaços de uso especial” (equipamento desportivo).
126*	7030/11.04.2016	Silvino Custódio Martins Fernandes Assis	Sítio da Palmeira (Luz de Tavira e Santo Estêvão)	Reclassificação para solo urbano.
127*	7031/11.04.2016	José Loreto Silvestre Arrais	Sítio da Palmeira (Luz de Tavira e Santo Estêvão)	Reclassificação para solo urbano.
128*	8267/29.04.2016	SORIMIN - Compra e Venda de Imóveis, S.A.	Pêro Gil/Tavira (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação de solo com vista à sua qualificação para categorias diversas.
129*	8268/29.04.2016	SORIMIN - Compra e Venda de Imóveis, S.A.	Poente do aglomerado de Conceição de Tavira (Conceição e Cabanas de Tavira)	Reclassificação de solo com vista à sua qualificação para a categoria “Espaços habitacionais”.
130*	8269/29.04.2016	SORIMIN - Compra e Venda de Imóveis, S.A.	Poente do aglomerado de Cabanas de Tavira (Conceição e Cabanas de Tavira)	Reclassificação de solo com vista à sua qualificação para a categoria “Espaços de uso especial” (espaços turísticos).
131	10933/06.06.2016	Maria Fernanda de Vilhena Guerreiro Sobrinho	Sítio da Capelinha/Tavira (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação para solo urbano.
132	10987/07.06.2016	AREIASOL - Sociedade de Investimentos Turísticos do Sotavento Algarvio, Lda.	Moinho da Forca/Tavira (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação de solo com vista à sua qualificação para a categoria “Espaços de uso especial” (infraestruturas de recreio náutico- marina e respetivos equipamentos).
133	10988/07.06.2016	FORMOSO - Complexo Agro-Pecuário do Sotavento, Lda.	Vale Caranguejo/Tavira (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação de solo com vista à sua qualificação para a categoria “Espaços de uso especial” (infraestruturas de recreio náutico- marina e respetivos equipamentos).
134	10989/07.06.2016	INVESTIA - Gestão e Planeamento Imobiliário, Lda.	Almargem/Tavira (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação de solo com vista à sua qualificação para a categoria “Espaços de uso especial” (espaços de equipamentos e turísticos).
135*	10990/07.06.2016	BENAMOR - Atividades Turísticas, S.A.	Quinta do Benamor (Conceição e Cabanas de Tavira)	Reclassificação de solo com vista à sua qualificação para a categoria “Espaços de uso especial” (espaços turísticos) e “Espaços habitacionais”.
136	12676/30.06.2016	Maria Valentina de Jesus Martins	Vale Caranguejo/ Tavira (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação para solo urbano.
137	12677/30.06.2016	Maria Valentina de Jesus Martins	Vale Caranguejo/ Tavira (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação para solo urbano.
138	12678/30.06.2016	Maria Valentina de Jesus Martins	Vale Caranguejo/ Tavira (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação para solo urbano.
139	ED5757/13.07.2016	Josefina Maria Mendonça Saias	Poço do Vale (Luz de Tavira e Santo Estêvão)	Viabilização de parques de campismo e caravanesmo fora do solo urbano.
140	14440/27.07.2016	Casa Santos Lima - Companhia das Vinhas, S.A.	Quinta do Patarinho/ Tavira (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação para solo urbano com vista à sua qualificação para a categoria “Espaços de uso especial” (espaços turísticos) apoiado na atividade

				vitivinícola.
141	14645/01.08.2016	Maria João Rodrigues Cervino Padrão	Vale Formoso/Tavira (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação para solo urbano.
142	15686/17.08.2016	Gualter de Freitas Rosa	Sítio de São Pedro/Tavira (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação para solo urbano para os seguintes usos: habitação comércio, serviços e Indústria.
143	ED6584/18.08.2016	Aeroclube de Tavira	Santa Margarida/Tavira (Santa Maria e Santiago)	Qualificação do solo para um equipamento: Aeródromo Municipal.
144*	15807/19.08.2016	Gabriel Pereira Rego Bravo	Vale Caranguejo/Tavira (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação para solo urbano.
145	17113/08.09.2016	FRANCLIM & SIMON - Atividades Imobiliárias, Lda.	Gomeira (Conceição e Cabanas de Tavira)	Reclassificação de solo com vista à sua qualificação para a categoria "Espaços habitacionais".
146	ED7425/16.09.2016	Ana Esperança Aboim de Faria Pereira da Silva	Estrada da Barreta/Tavira (Santa Maria e Santiago)	Qualificação do solo por forma a conservá-lo como zona verde.
147	19389/13.10.2016	Elizabeth Jackson e Martin Keith Jackson	Quinta Cruz (Luz de Tavira e Santo Estêvão)	Viabilização de Glampismo (instalação de tendas de luxo equipadas).
148	ED8806/31.10.2016	Rui Miguel Gomes do Livramento	Poço do Vale (Luz de Tavira e Santo Estêvão)	Reclassificação para solo urbano com vista à sua qualificação para a categoria "Espaços de uso especial" (espaços turísticos - TER).
149	20654/02.11.2016	Per Jonas Wahlstrom	Nascente do aglomerado de Santa Luzia (Santa Luzia)	Reclassificação para solo urbano.
150	ED10174/16.12.2016	Tavira em Transição – Movimento de Eco Cidadania	Concelho de Tavira	Apresenta objeção relativa à proliferação de estufas no Concelho.
151	023416/16.12.2016	Beatriz Salero – Construções, Lda.	Arroteia/Livramento (Luz de Tavira e Santo Estêvão)	Reclassificação para solo urbano para os seguintes usos: comércio e serviços.
152	ED10208/19.12.2016	Luísa Inácia Bento Vidal Nunes	Sítio do Almargem (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação para solo urbano.
153*	1058/19.01.2017	Eduardo Soares Mangas	Nascente do Aldeamento Turístico Pedras D'El Rei (Santa Luzia)	Reclassificação para solo urbano.
154	3156/17.02.2017	Manuel José de Jesus Ramos	Concelho de Tavira	Considerandos e sugestões diversas sobre vários aspetos e zonas.
155	ED1605/17.02.2017	Manuel José Trindade Coelho Correia Marques	Concelho de Tavira	Considerandos e sugestões diversas sobre vários aspetos e zonas.
156	ED1958/01.03.2017	Carlos Alberto da Silva Rodrigues Serra	Arroteia (Luz de Tavira e Santo Estêvão)	Viabilização de parque de campismo e caravanismo fora do solo urbano.
157	05362/22.03.2017	Maria do Rosário Brás Cavaco Ferreira Afonso	Aldeia de Santo Estêvão (Luz de Tavira e Santo Estêvão)	Sugestões várias para a aldeia de Santo Estêvão.
158*	ED06589/17.04.2017	Maria José Pacheco Valentim Ferreira	Estrada nacional 125, n.º 48 (Luz de Tavira e Santo Estêvão)	Reclassificação para solo urbano.
159	08960/10.05.2017	Maria Salvina Lara Damião	Fazenda da Gatôa (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação para solo urbano.
160	14208/24.07.2017	Luís Manuel Pereira Martins	Arroteia (Luz de Tavira e Santo Estêvão)	Reclassificação para solo urbano.
161	14209/24.07.2017	Algarbombas - Comercialização e Montagem de Regas e Electrobombas, Lda.	Livramento (Luz de Tavira e Santo Estêvão)	Reclassificação de solo com vista à sua qualificação para a categoria "Espaços de atividades económicas"
162	14588/28.07.2017	Humberto Félix Teixeira da Conceição	Estrada da Palmeira (Luz de Tavira e Santo Estêvão)	Reclassificação para solo urbano de parte de parcela pelos respetivos limites cadastrais (outra parte já está em solo urbano).
163	17807/12.09.2017	Natália Maria Carmo Guerreiro Baracho	Sítio do Malhão (Luz de Tavira e Santo Estêvão)	Reclassificação para solo urbano.
164	20190/13.10.2017	Ângela Chagas Jacinto	Amaro Gonçalves (Luz de Tavira e Santo Estêvão)	Reclassificação de solo com vista à sua qualificação para a categoria "Espaços de uso especial" (espaços de equipamentos - Lar de 3ª idade)
165	20659/23.10.2017	Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santo Estêvão	Aldeia de Santo Estêvão (Luz de Tavira e Santo Estêvão)	Reclassificação para solo urbano da totalidade da parcela (no âmbito do PU de Santo Estêvão a parcela está qualificada como Área Verde de Uso Coletivo e como Solo de Urbanização Programada).
166	10357/14.11.2017	Isabel Maria Pires Ferreira	Quinta do Chalé - Santa Margarida (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação para solo urbano.
167	24619/21.12.2017	José Manuel Castanho Paes	Cara de Pau (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação de solo com vista à sua qualificação para a categoria "Espaços habitacionais".
168	24620/21.12.2017	Nuno Manuel Gorgulho Lopes	Sítio do Pinheiro (Luz de Tavira e Santo Estêvão)	Atualmente integrado na classificação "Áreas de Edificação Dispersa a Estruturar", solicita a integração em aglomerado urbano de nível 3 (C3).
169	ED 11034/24.12.2017	Sociedade de Tiro de Tavira	Concelho de Tavira	Solicita o espaço para a prática de Tiro Desportivo.

170	24960/29.12.2017	SCMI – Construção Imobiliária, Lda	Faz Fato (Conceição e Cabanas de Tavira)	Reclassificação para solo urbano.
171	25011/29.12.2017	Dinis José Fernandes	Graíno (Cachopo)	Reclassificação de solo com vista à sua qualificação para a categoria “Espaços de atividades económicas” (melaria/destilaria de medronho/lagar de azeite)
172	ED 11700/29.12.2017	Hugo Miguel da Silva Melita	Quinta da Foz (Santa Maria e Santiago)	Reclassificação para solo urbano.
173	3633/21.02.2018	Ana Luísa Gago Pacheco	Livramento e Pinheiro (Luz de Tavira e Santo Estêvão)	Reclassificação para solo urbano.

\* Participação com conteúdo idêntico a outra já anteriormente apresentada.

---

**ANEXO II** | Processo de homologação do Modelo Numérico Topográfico (MNT).

11 MAR '13 2433

Exm. Sr.  
Presidente da Câmara Municipal de Tavira  
Dr. Jorge Manuel Nascimento Botelho  
Praça da república  
8800-951 Tavira

Nossa ref\*/Our ref.:  
Sigla serviço/Proc.º  
26-02-2013  
Of. Nº:  
118/DSRPC/2013

Sua ref\*/Your ref.:

Assunto/Subject: Homologação de cartografia à escala 1:10.000

*Ex mo Senhor Presidente*

Na sequência do processo de homologação de cartografia à escala 1:10.000 submetido pela Associação de Municípios do Algarve (AMAL) tenho o prazer de informar V. Ex.<sup>ª</sup> que a referida cartografia recebeu a qualificação de homologada através de despacho datado de 10 de janeiro de 2013.

Cumpr-me lembrar que desde 2007, com a publicação do Decreto-Lei n.º 202/2007, de 25 de Maio, a utilização de cartografia oficial ou homologada se tornou obrigatória na elaboração, revisão e alteração de instrumentos de gestão territorial.

Neste sentido a Direção-Geral do território elaborou uma Circular de Orientação Técnica sobre a cartografia a utilizar na elaboração, revisão ou alteração dos Planos Diretores Municipais e nos Planos de Urbanização, a qual pode ser consultada no seguinte endereço eletrónico:

[http://www.igeo.pt/servicos/CGPR/Circular\\_orientacao\\_tecnica.pdf](http://www.igeo.pt/servicos/CGPR/Circular_orientacao_tecnica.pdf).

Ciente da importância da existência de cartografia homologada para o território que V. Ex.<sup>ª</sup> gere e dirige, a Direção-Geral do Território está ao V. dispor para o fornecimento de quaisquer informações ou esclarecimentos tidos por pertinentes.

Com os melhores cumprimentos

O Diretor-Geral,



Paulo Vasconcelos Dias Correia



